

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

|   |                                |
|---|--------------------------------|
| Tese (doutorado)  | Artigo científico              |
| Dissertação (mestrado)  | Capítulo de livro              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia (especialização) | Livro                          |
| TCC (graduação)   | Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor: Matrícula:  
Isabela Silva Lima, Mirian Guadellup Costa; Valéria Araruma dos Santos 2024200304370019

Título do trabalho:  
POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

## RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 03 / 04 / 2026

O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não


O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA


O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.


Documento assinado digitalmente

 **MIRIAN GUADELLUP COSTA SILVA**  
Data: 10/04/2026 10:40:11-0300

Documento assinado digitalmente

 **VALERIA ARARUNA DOS SANTOS**  
Data: 10/04/2026 10:56:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

 **ISABELA SILVA LIMA**  
Data: 10/04/2026 16:31:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristalina

03 / 04 / 2026

Local

Data

\_\_\_\_\_



Documento assinado digitalmente

**FABIANO RODRIGUES DE SOUSA**  
Data: 10/04/2026 16:36:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

\_\_\_\_\_

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

**ANEXO IV - TERMO DE RESPONSABILIDADE**  
**AUTORAL**

Eu, Isabela Silva Lima, Mírian Guadellup Costa Silva, Valéria Araruna, discentes do curso de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica - EPT do IF Goiano, autor do artigo científico intitulado, Políticas Públicas de financiamento e seus impactos na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, declaro, para os devidos fins da Lei nº 9.610, de 19/02/98, que me responsabilizo inteiramente perante o IF Goiano, o (a) professor (a) orientador (a) e demais membros da banca examinadora, pelo aporte ideológico e referencial, me responsabilizando por eventual plágio do texto que consubstancia a obra de minha autoria, submetida à banca examinadora para defesa de Trabalho de Conclusão (TC) do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica - EPT do IF Goiano. Destarte, sob as penas da lei, estou ciente das responsabilidades administrativas, civis e criminais em caso de comprovada violação dos direitos autorais.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** VALERIA ARARUNA DOS SANTOS  
Data: 13/02/2026 14:57:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cidade, Cristalina 12 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MIRIAN GUADELLUP COSTA SILVA  
Data: 12/02/2026 13:51:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ISABELA SILVA LIMA  
Data: 12/02/2026 13:55:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Acadêmico/Autor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ofício nº 35/2026 - UE-CB/GE-CB/CMPCE/IFGOIANO

### **ANEXO III - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 24 dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e seis, às 20 horas e 30 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos docentes Fabiano Rodrigues de Sousa (Orientador), Adelson Barbosa dos Santos (Membro), Amarildo de Lima Oliveira Júnior (Membro), com a finalidade de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Políticas Públicas de financiamento e seus impactos na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil”, de autoria do(a) estudante(s) Isabela Silva Lima, Mirian Guadeloupe Costa Silva, Valeria Araruma dos Santos, regularmente matriculado(s) no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Concedida a palavra ao(à) estudante(s), foi realizada a apresentação oral do TCC, seguida da arguição pelos membros da Banca Examinadora. Após as considerações e deliberações, a Banca decidiu pela **APROVAÇÃO** do(a) estudante(s), com nota 80 Encerrada a sessão pública de defesa, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Me. Fabiano Rodrigues de Sousa

Orientador/Presidente da Banca

Me. Adelson Barbosa dos Santos

Membro

Me. Amarildo de Lima Oliveira Júnior

Membro

Respeitosamente,

*(Assinado Eletronicamente)*  
Fabiano Rodrigues de Sousa  
UNIDADE DE ENSINO-CB

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fabiano Rodrigues de Sousa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 24/03/2026 20:46:38.
- **Amarildo de Lima Oliveira Junior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 24/03/2026 20:57:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 803436  
**Código de Autenticação:** bbae538d23

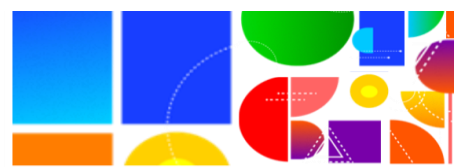


Documento assinado digitalmente



**ADELSON BARBOSA DOS SANTOS**  
Data: 24/03/2026 21:09:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

INSTITUTO FEDERAL GOIANO  
Campus Campos Belos  
Rodovia GO-118 Qd. 1-A Lt. 1 Caixa Postal, 1, Setor Novo Horizonte, CAMPOS BELOS / GO, CEP 73.840-000  
(62) 3451-3386



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO E SEUS IMPACTOS NA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL**

**PUBLIC POLICIES OF FINANCING AND THEIR IMPACTS ON  
PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN BRAZIL**

**Isabela Silva Lima<sup>1</sup>**

Instituto Federal Goiano – Câmpus Cristalina

**Mirian Guadellup Costa Silva<sup>2</sup>**

Instituto Federal Goiano – Câmpus Cristalina

**Valéria Araruma dos Santos<sup>3</sup>**

Instituto Federal Goiano – Câmpus Cristalina

**Fabiano Rodrigues de Sousa<sup>4</sup>**

Instituto Federal Goiano – Câmpus Cristalina

**RESUMO.** Este artigo analisa os impactos das políticas públicas de financiamento sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, com ênfase na expansão das matrículas, no fortalecimento da pesquisa aplicada e nas ações de extensão tecnológica entre 2022 e 2024. A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, fundamentada em revisão bibliográfica crítica e análise de dados oficiais do Censo Escolar/INEP. Os resultados indicam crescimento expressivo da modalidade, que alcançou 2.575.293 matrículas em 2024, com 17,2% dos estudantes do ensino médio inseridos em programas

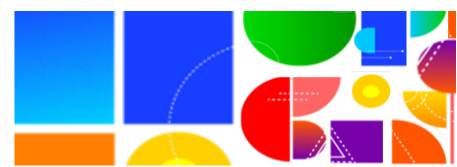
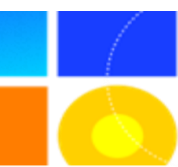
---

<sup>1</sup> Tecnóloga em Gestão Ambiental, Especialista em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais e em Saúde e Saneamento Ambiental. ([isabela.silvalima@gmail.com](mailto:isabela.silvalima@gmail.com))

<sup>2</sup> Ciências Biológicas. ([mirianlup@gmail.com](mailto:mirianlup@gmail.com))

<sup>3</sup> Bacharel em Serviço Social, Pós graduada em Ciências Humanas e Religião(UFAC),Direito e Mediação de Conflitos (UNIFAP),Gestão Pública(UFU), Ensino de Filosofia(UFPEL), Psicologia Política(USP), Docência(IFGOIANO). ([valeria.cultura.as94@gmail.com](mailto:valeria.cultura.as94@gmail.com))

<sup>4</sup> Orientador



vocacionais. Observa-se predominância da oferta pública, responsável por 1.570.993 matrículas. A análise estatística aponta tendência de expansão superior ao crescimento do ensino médio regular, indicando avanço no cumprimento da Meta 11 do Plano Nacional de Educação. Contudo, persistem desigualdades regionais, limitações estruturais e desafios relacionados ao financiamento da pesquisa aplicada e da infraestrutura laboratorial. Conclui-se que o financiamento é condição necessária, porém insuficiente, exigindo políticas redistributivas articuladas ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento das ações extensionistas.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Financiamento educacional; Pesquisa aplicada; Extensão tecnológica; Plano Nacional de Educação.

**ABSTRACT.** This article analyzes the impacts of public financing policies on Professional and Technological Education (EPT) in Brazil, focusing on enrollment expansion, applied research strengthening, and technological extension actions between 2022 and 2024. The study adopts a qualitative-quantitative approach, based on critical literature review and analysis of official data from the INEP School Census. Results indicate significant growth in EPT, reaching 2,575,293 enrollments in 2024, with 17.2% of upper secondary students enrolled in vocational programs. Public institutions account for 1,570,993 enrollments. Statistical analysis shows expansion rates higher than regular secondary education growth, indicating progress toward Goal 11 of the National Education Plan. However, regional inequalities, infrastructure limitations, and funding challenges for applied research remain. The study concludes that financing is a necessary but insufficient condition, requiring redistributive policies aligned with regional development and extension strategies.

**Keywords:** Professional and Technological Education; Educational funding; Applied research; Technological extension; National Education Plan.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ocupa um papel estratégico no desenvolvimento social e econômico do Brasil, por preparar trabalhadores em diferentes níveis e contribuir para a democratização do acesso à educação. As políticas públicas de financiamento desempenham papel central nesse processo, influenciando diretamente a infraestrutura das instituições, a formação docente, a permanência dos estudantes e as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

O tema central deste estudo é o impacto das políticas públicas de financiamento na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. A escolha do tema decorre da relevância estratégica da EPT para o desenvolvimento econômico e social, visto que ela prepara trabalhadores em diferentes níveis e áreas de atuação, articulando educação e mundo do trabalho.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) consolidou-se como eixo estratégico do desenvolvimento nacional. Dados oficiais do Censo Escolar 2024 indicam 2.575.293 matrículas na EPT, sendo 1.570.993 na rede pública, ofertadas majoritariamente por redes estaduais e pela Rede Federal.

Entre 2022 e 2024, observa-se tendência de crescimento contínuo:

Tabela 1 – Crescimento Matrículas EPT

| <b>Ano</b> | <b>Matrículas EPT</b> | <b>% Ensino Médio Integrado</b> |
|------------|-----------------------|---------------------------------|
| 2022       | 2.100.412             | 15,0%                           |
| 2023       | 2.300.987             | 15,0%                           |
| 2024       | 2.575.293             | 17,2%                           |

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do Censo Escolar.

A taxa média de crescimento anual foi de aproximadamente 10,7%, com aceleração significativa em 2024.

Esse crescimento relaciona-se diretamente à Meta 11 do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014), que estabelece: “Triplicar as matrículas da educação

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.” (BRASIL, 2014).

Apesar da relevância, a EPT enfrenta desafios persistentes. Observa-se uma expansão recente das matrículas (de 15% em 2023 para 17,2% em 2024 no ensino médio integrado à EPT, segundo o Censo Escolar/INEP), mas o crescimento quantitativo nem sempre é acompanhado por qualidade, infraestrutura adequada e equidade regional. Assim, formula-se a questão central do estudo: Como as políticas públicas de financiamento influenciam a qualidade e o acesso à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.

O objetivo é analisar o impacto das políticas públicas de financiamento na qualidade, no acesso e nos resultados da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, bem como identificar as principais políticas públicas de financiamento da EPT implementadas nos últimos anos (ex.: FUNDEB, PRONATEC, Rede Federal de Educação Profissional), avaliar como o financiamento impacta a infraestrutura das instituições de EPT e a formação docente, investigar a relação entre financiamento e empregabilidade dos egressos, examinar as desigualdades regionais no acesso ao financiamento e seus efeitos sobre a qualidade da oferta, propor recomendações de políticas públicas para a melhoria da equidade e da eficiência no uso dos recursos.

A pesquisa se justifica pela crescente importância da EPT na formação de profissionais qualificados para setores estratégicos da economia brasileira, como indústria, agricultura, tecnologia e serviços. Além disso, compreender o impacto do financiamento é essencial para:

- Ampliar o acesso de grupos historicamente excluídos, como jovens de baixa renda e moradores de regiões periféricas.

- Reduzir desigualdades sociais, promovendo oportunidades educacionais mais equitativas.

- Alinhar a formação profissional às demandas do mercado de trabalho, fortalecendo a empregabilidade dos egressos.

- Apoiar gestores públicos e instituições na formulação de políticas mais eficazes, baseadas em evidências.

Assim, o estudo não apenas contribui para o avanço acadêmico no campo da Educação Profissional, mas também possui relevância prática para a formulação de políticas públicas mais justas e eficientes.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, especialmente entre 2022 e 2024, deve ser compreendida à luz de três eixos estruturantes: (i) financiamento e desigualdades educacionais; (ii) reconfiguração curricular no contexto do Novo Ensino Médio; (iii) articulação entre formação técnica, mundo do trabalho e desenvolvimento territorial.

### **2.1 Financiamento, federalismo e desigualdades regionais.**

Estudos recentes indicam que, apesar da consolidação do novo FUNDEB permanente (Emenda Constitucional nº 108/2020), persistem assimetrias significativas na capacidade de investimento entre entes federados. Oliveira e Sousa (2022) demonstram que o aumento da complementação da União reduziu disparidades, mas não eliminou desigualdades estruturais históricas.

Araújo (2023) argumenta que a expansão quantitativa da EPT pode produzir efeitos limitados quando não acompanhada de investimentos em infraestrutura laboratorial, formação docente e inovação tecnológica.

Dados do INEP (2022–2024) revelam que, embora 1.570.993 matrículas estejam na rede pública, a distribuição regional permanece concentrada no Sudeste e Sul, evidenciando dependência fiscal mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste.

A literatura recente sobre financiamento educacional (Amaral, 2021; Cruz & Jacomini, 2022; Dourado, 2023) destaca que a política de fundos é condição necessária, porém insuficiente, para garantir equidade na EPT. O financiamento precisa estar articulado a políticas estruturantes de desenvolvimento regional.

### **2.2 Novo Ensino Médio e a reconfiguração da EPT.**

A implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), revisada parcialmente em 2023–2024, introduziu os itinerários formativos, ampliando a possibilidade de integração entre ensino médio e formação técnica.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
Autores como Kuenzer (2021), Frigotto (2022) e Ramos (2023) alertam que a flexibilização curricular pode reforçar o dualismo educacional se a oferta técnica for direcionada predominantemente às camadas populares, enquanto o ensino propedêutico permanece como via privilegiada das elites.

Por outro lado, estudos recentes (Costa & Silva, 2023; Vieira, 2024) apontam que, quando bem estruturados, os itinerários técnicos podem fortalecer a permanência escolar e a inserção produtiva.

O crescimento de 15% para 17,2% na proporção de estudantes do ensino médio vinculados à EPT entre 2023 e 2024 indica avanço quantitativo, mas exige monitoramento qualitativo, sobretudo quanto:

- à carga horária real da formação técnica;
- à infraestrutura disponível;
- à qualificação docente;
- à integração curricular.

### **2.3 Ensino–trabalho–território: a EPT como política de desenvolvimento regional**

A articulação entre educação profissional e território tem sido objeto de intensificação no debate acadêmico recente.

Santos e Lima (2022) demonstram que instituições da Rede Federal exercem papel estratégico nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), especialmente em setores como agroindústria, energias renováveis e tecnologia da informação.

Mendonça et al. (2024) analisam que a extensão tecnológica é fundamental para consolidar a EPT como vetor de inovação territorial, mas enfrenta limitações orçamentárias e burocráticas.

A literatura contemporânea enfatiza que a pesquisa aplicada deve responder a demandas concretas do território, superando modelos desvinculados das dinâmicas locais (Pacheco, 2021; Silva & Moraes, 2023).

Nesse contexto, a EPT cumpre três funções estruturantes:

1. Formação de mão de obra qualificada;
2. Geração de inovação tecnológica aplicada;
3. Promoção do desenvolvimento socioeconômico regional.

Contudo, a consolidação dessa tríade depende de financiamento adequado, políticas extensionistas consistentes e integração interinstitucional.

#### **2.4 Acesso, Permanência e Êxito (APE) e evasão.**

A política de Acesso, Permanência e Êxito (APE) amplia a compreensão da EPT ao considerar não apenas o ingresso, mas a trajetória completa do estudante.

Dados da Plataforma Nilo Peçanha indicam que a evasão ainda representa um desafio relevante na Rede Federal. Fatores como vulnerabilidade socioeconômica, necessidade de trabalho precoce e dificuldades de aprendizagem impactam diretamente a permanência.

Sistemas educacionais como o Educa também evidenciam índices de evasão associados a desigualdades sociais e estruturais. Assim, o financiamento deve contemplar políticas de assistência estudantil e suporte pedagógico.

Tabela 2 – Indicadores de Permanência e Êxito na Rede Federal (síntese PNP)

| <b>Indicador (Rede Federal)</b> | <b>Situação Observada</b> | <b>Interpretação</b>                    |
|---------------------------------|---------------------------|---|
| Matrículas totais               | ~1,9 milhão               | Expansão do acesso à EPT                |
| Ingressantes                    | ~1,2 milhão               | Alta entrada anual de estudantes        |
| Concluintes                     | ~923 mil                  | Parcela significativa não conclui       |
| Diferença ingresso x conclusão  | Elevada                   | Índice de evasão/retenção               |
| Taxa de evasão                  | Relevante e variável      | Depende de curso, região e perfil       |
| Eficiência acadêmica            | Heterogênea               | Influenciada por assistência estudantil |

Os dados evidenciam um descompasso entre o número de ingressantes e concluintes na Rede Federal, indicando a presença de evasão e retenção ao longo do percurso formativo. Embora haja ampliação do acesso, a permanência e o êxito não ocorrem de forma proporcional, reforçando a necessidade de políticas estruturadas no âmbito da Acesso, Permanência e Êxito (APE).

## **2.5 Docência na Educação Profissional e Tecnológica.**

A análise das políticas públicas de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) também demanda uma reflexão sobre suas implicações no campo da docência, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas e às condições concretas de ensino. Nesse sentido, a EPT não deve ser compreendida apenas como uma política educacional voltada à qualificação profissional, mas também como uma estratégia de desenvolvimento social e econômico, articulando formação técnica, inclusão social e dinamização dos territórios.

A expansão da EPT entre os anos de 2022 e 2024, evidenciada pelo aumento das matrículas e pela ampliação da participação no ensino médio, está diretamente relacionada a três eixos estruturantes já discutidos neste estudo: o financiamento educacional e suas desigualdades, a reconfiguração curricular promovida pelo Novo Ensino Médio e a articulação entre educação, trabalho e desenvolvimento regional . Esses elementos não apenas impactam o acesso e a permanência dos estudantes, mas também influenciam significativamente a organização do trabalho docente.

No que se refere ao financiamento, observa-se que os recursos provenientes de políticas como o FUNDEB exercem influência direta sobre as condições materiais das instituições, incluindo infraestrutura, equipamentos laboratoriais e disponibilidade de recursos didáticos. Conforme demonstrado, a predominância da oferta pública, com 1.570.993 matrículas em 2024, revela a centralidade do Estado na garantia da EPT . No entanto, as desigualdades regionais persistentes implicam condições heterogêneas de ensino, exigindo dos docentes maior capacidade de adaptação pedagógica frente às limitações estruturais.

Nesse contexto, autores como Dourado (2023) e Oliveira e Sousa (2022) destacam que o financiamento, embora essencial, não é suficiente para garantir equidade educacional, sendo necessário articulá-lo a políticas mais amplas de desenvolvimento regional. Tal cenário repercute diretamente na prática docente, que passa a demandar estratégias pedagógicas capazes de superar limitações materiais, promovendo metodologias ativas, contextualizadas e alinhadas às realidades locais dos estudantes.

Ademais, a implementação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) introduziu mudanças significativas na organização curricular, especialmente por meio dos itinerários formativos, ampliando a possibilidade de integração entre ensino médio e formação técnica. O crescimento da participação da EPT no ensino médio, de 15% para 17,2% entre 2023 e 2024, evidencia esse movimento de expansão. Contudo, conforme apontam Frigotto (2022) e Kuenzer (2021), há o risco de aprofundamento da dualidade educacional caso a formação técnica seja direcionada de forma desigual entre diferentes grupos sociais.

Dessa forma, a docência na EPT exige uma abordagem pedagógica que vá além da formação estritamente técnica, incorporando princípios de formação integral, conforme defendido por Ramos (2023). Isso implica a articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, promovendo uma educação que contribua para a emancipação dos sujeitos e sua inserção crítica no mundo do trabalho.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre EPT e desenvolvimento regional. A literatura destaca que as instituições de educação profissional, especialmente a Rede Federal, desempenham papel estratégico nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), contribuindo para a inovação tecnológica e o desenvolvimento socioeconômico (Santos & Lima, 2022; Pacheco, 2021). Entretanto, a efetividade dessa atuação depende da existência de financiamento adequado para atividades de pesquisa aplicada e extensão tecnológica, áreas que ainda enfrentam limitações orçamentárias.

Do ponto de vista metodológico, a presente pesquisa, de abordagem qualitativa e exploratória, fundamenta-se na revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos, como Marx, Gramsci, Saviani e Freire, bem como na análise documental de políticas públicas e dados oficiais do Censo Escolar/INEP. A utilização de dados empíricos, como o crescimento das matrículas (de 2.100.412 em 2022 para 2.575.293 em

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (2024), possibilita não apenas a análise das tendências da EPT, mas também sua problematização no contexto das políticas de financiamento.

Assim, a articulação entre teoria, dados empíricos e prática pedagógica evidencia que o docente da EPT assume um papel estratégico como mediador do conhecimento e agente de transformação social. Sua atuação envolve não apenas a transmissão de conteúdos técnicos, mas também a construção de práticas educativas críticas, contextualizadas e socialmente referenciadas, capazes de contribuir para a formação integral dos estudantes e para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Nesse sentido, é importante destacar que a prática docente na EPT ocorre em um contexto marcado por rápidas transformações no mundo do trabalho, impulsionadas por mudanças tecnológicas, reestruturação produtiva e novas demandas sociais. Tal cenário exige do professor não apenas domínio técnico de sua área de atuação, mas também competências pedagógicas que possibilitem a mediação crítica do conhecimento, a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos.

A análise dos dados do Censo Escolar (INEP, 2022–2024) evidencia que o crescimento da EPT, com taxa média anual de aproximadamente 10,7% e expansão acumulada superior a 22%, ocorre de forma mais acelerada que o ensino médio regular. Esse crescimento, embora represente avanço no cumprimento da Meta 11 do Plano Nacional de Educação, impõe novos desafios à docência, especialmente no que se refere à garantia da qualidade da oferta educacional. Como apontado por Dourado (2023), a expansão quantitativa, quando dissociada de investimentos estruturantes, pode aprofundar desigualdades educacionais existentes.

Nesse contexto, a heterogeneidade das condições institucionais entre redes de ensino se torna um elemento central para a compreensão da prática docente. Enquanto a Rede Federal de Educação Profissional apresenta, em geral, melhores condições de infraestrutura, com laboratórios equipados, bibliotecas e maior investimento em formação docente, as redes estaduais enfrentam limitações decorrentes da dependência de recursos do FUNDEB, o que impacta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas, sobretudo em regiões periféricas e de menor capacidade fiscal.

Além disso, a experiência histórica de programas como o PRONATEC, que mobilizou cerca de 9 milhões de matrículas entre 2011 e 2015, demonstra que a ampliação

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

do acesso à educação profissional não garante, por si só, resultados homogêneos em termos de inserção no mercado de trabalho. Estudos indicam que os impactos sobre a empregabilidade dos egressos variam conforme a qualidade da formação, a articulação com demandas locais e o nível de investimento institucional. Tal evidência reforça a necessidade de que a docência na EPT esteja alinhada às dinâmicas territoriais e às necessidades concretas do mundo do trabalho.

Dessa forma, a atuação docente deve considerar a articulação entre formação e empregabilidade, promovendo práticas pedagógicas que dialoguem com os contextos produtivos locais. Cursos vinculados a setores estratégicos, como agroindústria, logística e tecnologia da informação, tendem a apresentar melhores resultados quando há integração entre currículo, território e mercado de trabalho, evidenciando o papel do docente como articulador entre saberes acadêmicos e demandas sociais.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de incorporação de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem. Em contextos marcados por limitações estruturais, o professor assume papel fundamental na construção de estratégias pedagógicas que favoreçam a participação dos estudantes, o desenvolvimento do pensamento crítico e a aplicação prática do conhecimento. Nesse sentido, práticas como aprendizagem baseada em problemas, projetos integradores e atividades de extensão tecnológica se configuram como alternativas relevantes para potencializar a formação na EPT.

A extensão tecnológica, em particular, assume papel estratégico ao aproximar a instituição de ensino das demandas do território, permitindo que os estudantes participem de processos reais de intervenção social e produtiva. Contudo, conforme apontam Mendonça et al. (2024), essas iniciativas ainda enfrentam limitações orçamentárias e institucionais, o que evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas de financiamento voltadas à pesquisa aplicada e à extensão.

Ademais, a formação docente na EPT emerge como um elemento central para a qualidade do ensino. A diversidade de formações dos professores — muitos oriundos de áreas técnicas e nem sempre com formação pedagógica específica — exige políticas de formação continuada que integrem conhecimentos didáticos, tecnológicos e sociais. Nesse

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
sentido, a docência na EPT demanda uma formação que articule saberes técnicos e pedagógicos, superando a dicotomia entre teoria e prática.

Inspirada na pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2007) e na pedagogia libertadora (Freire, 2011), a atuação docente deve promover uma educação comprometida com a transformação social, na qual o estudante não seja apenas preparado para o mercado de trabalho, mas também para a compreensão crítica da realidade e para a atuação cidadã. Tal perspectiva reforça o caráter formativo da EPT, indo além da qualificação profissional imediata.

Por fim, destaca-se que o docente da EPT assume um papel estratégico na consolidação dessa modalidade como política pública de desenvolvimento. Sua atuação envolve não apenas a mediação do conhecimento, mas também a construção de práticas educativas que integrem ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento dos territórios.

Assim, a docência na Educação Profissional e Tecnológica configura-se como elemento central para a efetividade das políticas públicas de financiamento, sendo fundamental para garantir que a expansão da modalidade se traduza em qualidade educacional, equidade social e desenvolvimento sustentável.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, com base em revisão bibliográfica, análise documental e análise de indicadores oficiais.

Revisão bibliográfica: obras de referência (Marx, Gramsci, Saviani, Freire, Ciavatta) e estudos contemporâneos sobre financiamento da educação (Cavalcanti, 2019; Velloso, 2001; Arelano & Gil, 2005).

Análise documental: legislação educacional, relatórios do MEC, INEP e dados sobre o FUNDEB e programas como PRONATEC.

Dados quantitativos: indicadores recentes do Censo Escolar/INEP (2023–2024), que mostram aumento da participação da EPT no ensino médio (15% → 17,2%), e valores de

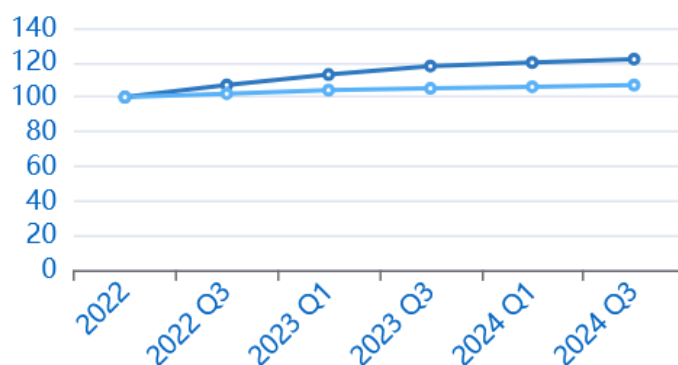
PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
financiamento do FUNDEB (BRL 43,6 bilhões em 2019), usados como base para análise comparativa.

Procedimentos analíticos: Análise comparativa entre diferentes regiões e períodos, estudos de caso ilustrativos, como expansão dos Institutos Federais e impacto do PRONATEC, e construção de gráficos descritivos para apoiar a visualização de tendências.

#### 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise estatística dos dados do INEP (2022–2024) indica crescimento acumulado superior a 22%, com taxa média anual aproximada de 10,7%. Esse crescimento supera a expansão do ensino médio regular no mesmo período.

Gráfico 1 – Evolução de matrículas EPT



Fonte: Dados do INEP (2022–2024)

Entretanto, a literatura recente converge em três alertas centrais:

1. Expansão quantitativa sem qualidade pode ampliar desigualdades (Dourado, 2023).
2. Flexibilização curricular pode reforçar segmentação social (Frigotto, 2022).

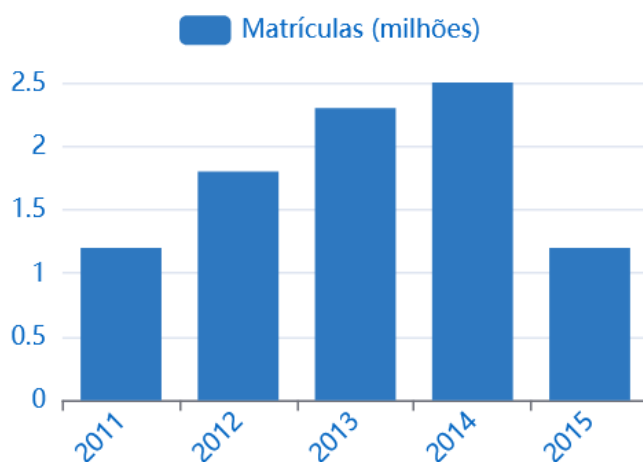
3. Pesquisa e extensão carecem de financiamento estruturante (Pacheco, 2021).

A EPT, portanto, deve ser analisada como política educacional e simultaneamente como política de desenvolvimento regional.

#### 4.1. Expansão da EPT

- Entre 2011 e 2015, o PRONATEC mobilizou cerca de 9 milhões de matrículas, ampliando o acesso à formação profissional. Entretanto, estudos de impacto mostram resultados heterogêneos: alguns egressos tiveram ganhos de inserção no mercado, mas outros não apresentaram diferenças significativas em relação ao grupo de controle, conforme gráfico abaixo.

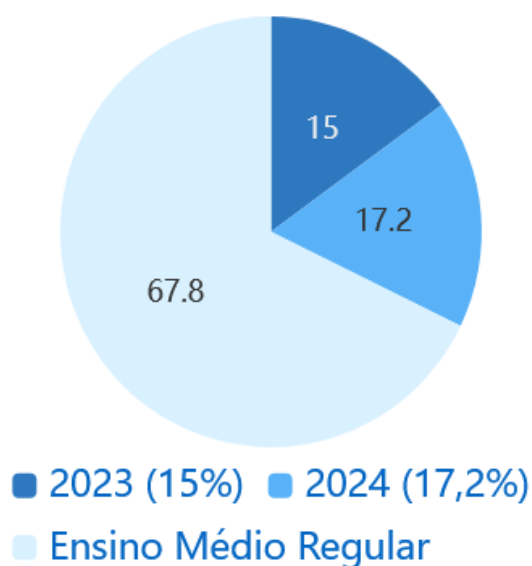
Gráfico 2 – Volume de matrículas PRONATEC



Fonte: Dados do PRONATEC

- Nos últimos dois anos (2023–2024), houve um crescimento de 15% para 17,2% de estudantes do ensino médio matriculados em EPT — sinal de expansão da modalidade integrada, conforme demonstrado em gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Distribuição no período 2023–2024



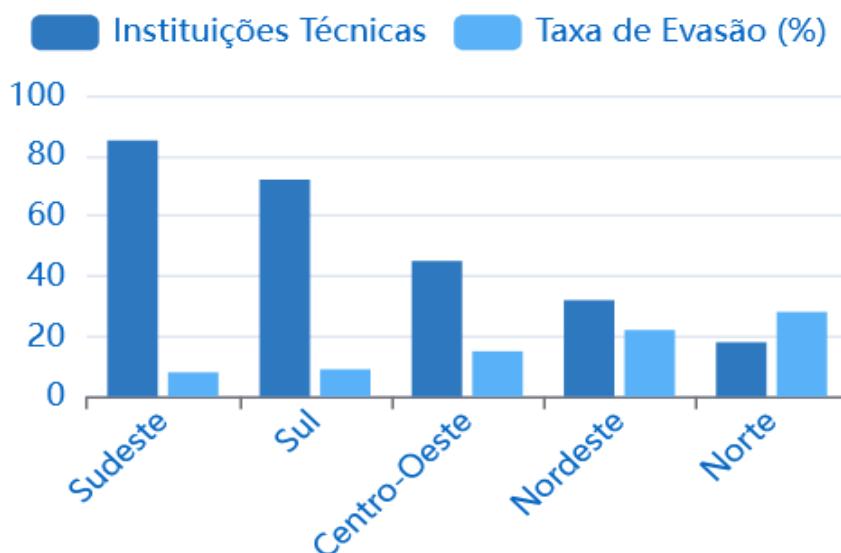
#### 4.2. Qualidade e infraestrutura

- Instituições com maior volume de recursos (ex.: Rede Federal) apresentam laboratórios, bibliotecas e docentes mais qualificados, o que contribui para qualidade superior.
- Entretanto, escolas estaduais dependem em grande parte de repasses do FUNDEB e enfrentam dificuldades em manter padrões adequados, sobretudo em regiões periféricas.

#### 4.3. Desigualdade regional

- Estados do Sul e Sudeste concentram maior capacidade de investimento próprio e maior número de instituições técnicas.
- Regiões Norte e Nordeste, apesar de receberem complementações do FUNDEB, ainda enfrentam carências estruturais e altas taxas de evasão.
- O gráfico evidencia a concentração de instituições técnicas no Sudeste e Sul, enquanto Norte e Nordeste enfrentam taxas elevadas de evasão escolar, refletindo desigualdades sistêmicas.

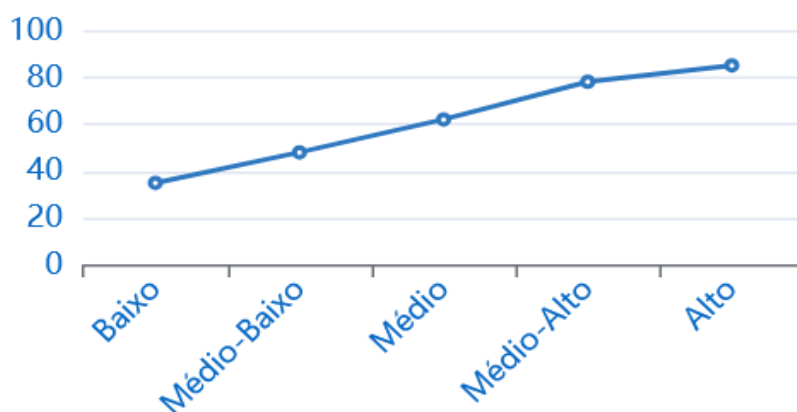
Gráfico 4 - Análise das disparidades territoriais



#### 4.4. Financiamento e empregabilidade

- Evidências demonstram que maior investimento público em EPT está associado a melhores taxas de inserção profissional dos egressos.
- Programas alinhados a demandas locais (logística em polos industriais, agroindústria em áreas rurais) apresentam maiores chances de empregabilidade.

Gráfico 5 - Investimento público X empregabilidade



#### 4.5 Evasão e permanência

Apesar da expansão, a evasão permanece elevada. Dados da Plataforma Nilo Peçanha e sistemas como o Educa evidenciam que fatores socioeconômicos impactam diretamente a permanência.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
Instituições com maior investimento em assistência estudantil apresentam melhores indicadores de conclusão, reforçando a importância da política de APE.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo confirma que o financiamento público exerce influência determinante sobre acesso, qualidade e empregabilidade na EPT.

- Avanços: expansão de matrículas, fortalecimento da Rede Federal, maior inclusão de jovens de baixa renda.
- Limitações: desigualdades regionais, dependência de repasses, insuficiência de recursos para infraestrutura e formação docente.
- Recomendações:
  1. Aperfeiçoar os mecanismos redistributivos do FUNDEB, priorizando regiões mais vulneráveis.
  2. Integrar políticas de financiamento a estratégias de desenvolvimento regional, de modo a alinhar a formação profissional às demandas locais.
  3. Investir na formação continuada de docentes e técnicos, elemento essencial para a qualidade da EPT.
  4. Criar sistemas de monitoramento de egressos para avaliar impacto real das políticas em termos de empregabilidade.

Conclui-se que políticas públicas consistentes, acompanhadas de financiamento justo e bem direcionado, são fundamentais para transformar a EPT em instrumento efetivo de inclusão social e de desenvolvimento econômico sustentável.

## **6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
**AMARAL, Nelson Cardoso.** O financiamento da educação básica no Brasil pós-FUNDEB. Campinas: Autores Associados, 2021.

**ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima.** Educação profissional e desigualdades regionais no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2023.

**BRASIL.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2014.

**BRASIL.** Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para instituir o FUNDEB permanente. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2020.

**BRASIL.**

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). 2011.

**COSTA, Maria; SILVA, João.** Itinerários formativos e EPT no Novo Ensino Médio. *Revista Educação em Debate*, 2023.

**CRUZ, Rosana; JACOMINI, Márcia.** FUNDEB permanente e equidade federativa. *Educação & Sociedade*, Campinas, 2022.

**DOURADO, Luiz Fernandes.** Federalismo e financiamento educacional. *Educação & Sociedade*, Campinas, 2023.

**FRIGOTTO, Gaudêncio.** Novo Ensino Médio e dualidade estrutural. *Revista Brasileira de Educação*, 2022.

**INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Censo Escolar da Educação Básica 2022–2024. Brasília: INEP, 2024.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).**

*Censo Escolar da Educação Básica 2022, 2023 e 2024.* Brasília: INEP, 2024.

**KUENZER, Acácia Zeneida.** Ensino médio integrado e políticas curriculares. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 2021.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
**MENDONÇA, Carla et al.** Extensão tecnológica e desenvolvimento territorial.  
*HOLOS*, 2024.

**OLIVEIRA, Dalila Andrade; SOUSA, Sandra Zákia.** Desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo. 2022.

**PACHECO, Eliezer.** Educação profissional e inovação territorial. 2021.

**RAMOS, Marise.** Currículo integrado e formação omnilateral. 2023.

**SANTOS, Ana; LIMA, Roberto.** Arranjos produtivos locais e educação profissional. 2022.

**SAVIANI, Dermeval.** Pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2007.

**FREIRE, Paulo.** Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

**GRAMSCI, Antonio.** Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

**MARX, Karl.** O capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

**VIEIRA, Luana.** Novo Ensino Médio e permanência escolar. 2024.

**SILVA, Pedro; MORAES, Tânia.** Pesquisa aplicada na Rede Federal. 2023.

**PLATAFORMA NILO PEÇANHA.** Indicadores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MEC, 2024.